

PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.114, DE 2022, PELA COMISSÃO MISTA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.114, DE 2022

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que dispõem sobre o Fundo Garantidor de Habitação Popular, a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado MARCO BRASIL

I - RELATÓRIO

Durante a discussão da matéria, foram apresentadas as emendas de Plenário relacionadas a seguir.

A **Emenda de Plenário nº 1** objetiva alterar a redação conferida por meio do art. 3º da Medida Provisória ao § 12 do art. 9º da Lei nº 12.087, de 2009, de maneira a estipular que não apenas os microempreendedores individuais, mas também as microempresas, serão beneficiárias de tratamento especial quanto à cobrança da comissão pecuniária que tem a finalidade.



A **Emenda de Plenário nº 2** pretende modificar a redação conferida por meio do art. 4º da Medida Provisória ao art. 3º da Lei nº 14.042, de 2020, incluindo novo § 6º que estabeleça, como requisito, a estabilidade temporária dos empregados das empresas de médio porte. Conforme a redação posposta, as empresas de médio porte que contratarem linhas de crédito no âmbito do Peac-FGI assumirão contratualmente a obrigação de fornecer informações verídicas e de preservar o quantitativo de empregados em número igual ou superior ao verificado no último dia do ano anterior ao da contratação da linha de crédito, no período compreendido entre a data da contratação e o nonagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito.

É o relatório das Emendas de Plenário.

II - VOTO DO RELATOR

Após análise da matéria e amplo diálogo com os Líderes Partidários, concluímos pela manutenção do Projeto de Lei de Conversão apresentado em nosso parecer.

Ante o exposto, pela Comissão Mista, **votamos:**

- (i) pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das Emendas de Plenário apresentadas;
- (ii) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das Emendas de Plenário apresentadas; e
- (iii) quanto ao mérito, pela rejeição de todas as Emendas de Plenário apresentadas.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado MARCO BRASIL



Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marco Brasil
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226300987200>

